

Comunicação oral

8- Juventudes, Direito e Políticas Públicas

OS JOVENS NO CDN: SUJEITOS DE DIREITOS?

Cláudia Regina dos Anjos

Profa. Msc. da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte/MG

Integrante da equipe de Assessoria Pedagógica do Programa Cidadão Nota Dez/2010

creginaa@gmail.com

Análise de Jesus Silva

Professora Adjunta Dra. da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais/Coordenadora da

Assessoria Pedagógica do Programa Cidadão Nota Dez/2012

analisedasilva@ufmg.br

Na sociedade contemporânea, a necessidade do uso da leitura e da escrita se torna cada vez mais necessária. A cada momento nos deparamos com situações que exigem das pessoas essas habilidades e de forma, também, competente. Mas, será que todos de fato conseguem adquirir essas habilidades competentemente?

É sabido que no Brasil existe um contingente significativo de pessoas que não tiveram e ainda não tem acesso a esse saber. As marcas do processo escravocrata ainda persistem, onde somente alguns conseguiram ter acesso a escola ou ao mundo das letras. Isso porque sabemos que muitos aprenderam a ler e escrever fora da escola. Justamente pelo fato de ter escola para todos ou da dificuldade de permanência nesse espaço. Mas, quem de fato tinha/teve acesso ao saber escolarizado?

Grande parte dos analfabetos são pessoas que vivem nos campos e periferias das metrópoles. Portanto, pessoas que por vários motivos foram excluídas dessa possibilidade por vários motivos: vagas insuficientes, distância grande entre escola e moradia, materialidade, tempo, material didático apropriado, situação econômica e cultural etc. Parece-nos que isso ainda é realidade da sociedade brasileira.

Sabemos, porém, que é recente o processo de democratização escolar, sobretudo, do acesso. Mas, como estão as políticas públicas para a efetivação do direito ao acesso a escolarização?

O que temos percebido que as políticas públicas ainda não estão a serviço das camadas economicamente mais desfavorecidas. Além das condições de trabalho ser precárias o acesso à escola ainda é desigual. Sem contar ainda com a desigualdade de condições de permanência daqueles que conseguem com sacrifício o acesso.

Um exemplo dessa desigualdade é a quantidade de jovens entre 15 a 29 anos de idade que ainda não lêem ou escrevem ou não dominam esses instrumentos. Como está o acesso para esses jovens?

Além da entrada dos jovens ao mundo das letras ainda não existir de fato, a desigualdade social ainda é fator preponderante nesse acesso e permanência do jovem na escola. Muitas vezes esses jovens entram para o mundo e/ou mercado de trabalho em busca de condições melhores de vida que tiveram seus pais, outras, para sustentar a casa ou para criar sua própria família etc. não sobrando tempo ou forças para os estudos.

Uma das respostas a esse acesso, sobretudo, nas comunidades mais distantes foi e está sendo o Programa Brasil Alfabetizado criado pelo governo federal em 2003, em Minas Gerais, o Programa Cidadão Nota Dez – CDN - sua gestão é realizada pelo Idene¹. Uma das ações desse Programa consiste na alfabetização inicial desses sujeitos próximo de suas moradias/residências, no horário que melhor atende a comunidade e no local de melhor acesso, mesmo que isso possa, por outro lado, contradizer a qualidade. Os objetivos desse Programa são, entre vários, promover a alfabetização inicial dos jovens e adultos; contribuir para a elevação do IDH nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Região Central e Norte e Nordeste de Minas, por meio da redução do analfabetismo absoluto e funcional de cidadãos acima de 15 anos; promover condições para que os educandos possam apropriar-se do sistema de escrita e seus usos sociais; promover condições para o reconhecimento e valorização dos conhecimentos científicos, históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade; promover situações par o exercício da autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais; discutir e procurar alternativas de vida na comunidade e contribuir para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade em seu entorno; utilizar os saberes adquiridos no cotidiano como ponto de partida e de chegada nos processos de partilha de saberes e sabores utilizados;

¹ Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas.

Na cidade de Itaiobeiras/MG, por exemplo, há uma comunidade em que a sala de aula não tem energia elétrica. Aliás, na comunidade como um todo. Os moradores lutam para esse bem, mas não abrem mão de sala de aula próxima de casa. Se não fosse assim teriam que andar 70 km para a escola mais próxima.



Foto 1: Comunidade Quilombola de Itaiobeiras/MG
Arquivos de Cláudia Regina dos Anjos/2010

Mas quem são esses jovens e onde eles estão? Segundo Corti e Vóvio (2007, p. 19),

os jovens são uma parcela importante no interior do *Brasil Alfabetizado*. Em 2005, eles somavam mais de 491.000 pessoas, entre 15 e 29 anos, distribuídos em salas de todo o País.

São trabalhadores, pais, mães, irmãos, irmãs, filhos/as, trabalhadores/as, artesãos, artesãs, artistas, repentistas, entre outros, que muitas vezes moram em comunidades afastadas dos centros urbanos, como por exemplo, quilombolas, ribeirinhas entre outras. Um caso curioso, mas que deve ser a realidade de muitos jovens foi no município de Santo Antonio do Retiro/MG, a educadora verbalizou que

Na comunidade tem um rapaz de 28 anos que não sabe ler, ela convidou, conversou, mas ele não quis freqüentar as aulas porque não tem tempo, trabalha muito. (Relatório de Acompanhamento, julho de 2010).

Para as classes populares, sobretudo, nas comunidades do campo esses jovens estão ingressando cada vez mais cedo no mundo do trabalho, também, muitos deles são excluídos dos processos escolarizados do ensino regular fundamental seja pelos procedimentos didáticos adotados pela escola, pela distancia longa entre a escola e a moradia, falta de transporte, entre outros. Enfim, são questões que estão diretamente relacionadas com o acesso e a permanência do jovem na educação. Isso nos remete aos desafios que os jovens do campo ainda encontram em seus processos de escolarização inclusive por falta de políticas públicas para o atendimento de fato do direito constitucional a escolarização de todos. Além disso, segundo Corti e Vóvio (2007, p 13), “o ritmo do plantio e da colheita muitas vezes exige que concentre o trabalho numa determinada época do ano, e as escolas, por sua vez, têm um calendário rígido, que não atende as necessidades locais”. O CDN não é diferente tem também sua rigidez em relação à carga horária e o tempo a ser cumprido, este é determinado para todas as turmas de forma igualitária. Outra questão é o esforço físico que o trabalho do campo exige de todos que dele sobrevivem. O canso é um dos impeditivos de frequência nas aulas. Destaca-se que esse trabalho não é realizado somente pelos homens, são também realizados pelas mulheres, como nos revela a educanda Carlúcia, da Comunidade Quilombola Passos do Cavalo, em Santo Antonio do Retiro/MG, “gosto de roçar, de escola, de plantar a máquina, cuidar da casa e de gosta de ler”. (Relatório de Acompanhamento, julho de 2010).

Em relação ao trabalho pedagógico, o atendimento escolarizado a esse público jovem e adulto precisa ser pautado na articulação das dimensões da vida do jovem e do adulto, considerando as especificações da realidade em que estão/são inseridos. Indicando que sejam desenvolvidas situações concretas relacionadas às suas culturas e experiências de vida. Além de considerar a flexibilidade como elemento fundante da prática pedagógica. Parte-se do pressuposto de que os sujeitos jovens e adultos viveram ao longo de suas vidas outros espaços de formação que não o escolar. São espaços referentes à vida e não à escola: os tempos do trabalho, das relações familiares, do lazer etc. Daí a flexibilidade (avaliativa, curricular, de tempos, de espaços etc.) que marca a organização do trabalho pedagógico. Os tempos e espaços da escola é que devem se adaptar aos dos educandos, não o contrário. Os jovens e adultos constroem conhecimentos necessários à sua inserção na vida urbana e ou rural – são experiências e conhecimentos adquiridos nos mundos do trabalho, nas relações familiares, nas questões de gênero, de lazer, da sexualidade ou fruto da convivência com o espaço-cidade-campo, com associações comunitária, comunidades etc. - que fazem deles sujeitos

socioculturais e que eles trazem para a escola, no caso do CDN, para o Programa. São objetivos, portanto, da modalidade de Educação de Jovens e Adultos:

- Assegurar o direito à educação escolar àqueles que, pelas mais diversas razões, não tiveram oportunidade de frequentar ou concluir a educação básica;
- Inserir jovens e adultos no processo de escolarização através da oferta do Ensino Fundamental completo, numa perspectiva de educação ao longo da vida;
- Intensificar a interação dos educandos em seus contextos sociais e culturais, buscando construir conhecimentos e proporcionar o desenvolvimento pleno para que possam integrar-se ao mundo em que vivem, compreendê-lo e transformá-lo.

Mas, como de fato estão os Programas destinados a esse público? Dentre vários aspectos o público do CDN conta com o atendimento escolarizado próximo de suas casas. Porém, nem sempre há um/uma educador/a com formação para o desenvolvimento das aulas. Geralmente pessoas da própria comunidade que já dominam a leitura e a escrita e, em alguns casos, com formação do ensino fundamental e outros ensino médio. Mas com formação específica de alfabetização somente as coordenações. O CDN tem, dentre suas diversas características, a peculiaridade de funcionar em espaços diversificados. Para além dos muros escolares, são comuns classes funcionarem em igrejas, salas, cozinhas e varandas de casas, espaços abertos como os quilombos e aldeias indígenas, associações comunitárias, dentre outros. Ou também aquelas que, por algum motivo externo a turma, funciona em espaços improvisados, por exemplo, uma das turmas da cidade de Buritizeiro/MG que esperando a reforma que o pastor da Igreja está fazendo a sala.



Foto 3: Turma BuritizeiroMG
Arquivos de Cláudia Regina dos Anjos/2010

Embora seja próximo da casa dos educandos as condições físicas nem sempre são as mais adequadas. É sabido que o ambiente não significa fator único para a permanência dos sujeitos educandos, entretanto, exerce grande influência na motivação dos sujeitos. Ou seja, garantir a presença concreta de jovens e adultos na escola não significa simplesmente oferecer uma estrutura igual à estrutura pensada para o ensino regular (salas de aula, grade curricular, horários de aulas, professores, material didático). O planejamento das aulas deve ser ancorado em situações que façam da aula prazerosa e significativa, que aproxime o aluno ao objeto de estudo. A imagem em seguida é um exemplo dessa discussão, a luz é muito ruim, fraca, quase não há lugares para assentar e os que existem são desconfortáveis para a permanência de três horas diretas de aula, são bancos em madeira e sem encosto, mas a frequência é praticamente total todos os dias.



Foto 2: Comunidade Quilombola Passo do Cavalo – Santo Antonio do Retiro/MG
Arquivos de Cláudia Regina dos Anjos/2010

Mas, como são os jovens do CDN? A relação do jovem com a escola é, muitas vezes, perturbada por apresentar, inicialmente, dificuldade de se adaptar as regras impostas pela instituição, as relações interpessoais com outros grupos etários também são conflituosas, em muitos casos, os professores ficam “perdidos” no que diz respeito às propostas que despertem os interesses desses jovens na EJA. Ferrari e Amaral (2005) fazem uma reflexão sobre esses sujeitos jovens que vão para o curso noturno na EJA, discutindo que são vistos por muitos como rebeldes ou revoltados, mas que estão passando por um período conturbado, pois buscam com essa atitude “criticar a ação educativa que pretende mantê-lo na condição de criança ou jovem no qual não se identificam”. (FERRARI E AMARAL, 2005, p 3). É possível perceber isso quando entendemos que além de duplamente deslocados estão em um ambiente a princípio hostil, porque não mais estão com seus pares e são obrigados a conviver com diferentes ritmos de aprendizagens devido às várias gerações próprias dessa modalidade de ensino, além de entendermos que os que ali estão, vem de uma aprendizagem que impõe um processo envolvendo passado, presente e futuro, com influências do meio social que muitas vezes os determinam. (ANJOS e CARVALHO, 2011).

Nesse contexto, o ponto crucial para a construção de uma proposta de aprendizagem para essas juventudes seria reconhecê-las na perspectiva da cultura, da diversidade cultural. Sendo assim, o conceito de juventude será a vivência presente e não uma fase da vida preparatória para o mundo adulto. Isso significa que pensá-la no presente e considerar suas vivências e

particularidades. Compreendendo e reconhecendo-os como seres humanos que amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida. Dessa forma, tornam-se necessário escutá-los, ver nas práticas cotidianas e nas formas de sociabilidade que desenvolvem, traços de uma luta pela sua humanização, diante de uma realidade que insiste em desumanizá-los (ANJOS e CARVALHO, 2011).

Na perspectiva do protagonismo juvenil, é essencial tomar os jovens como parceiros na definição de ações que possam potencializar o que já trazem de experiências de vida, levando em conta a importância de uma formação para o trabalho que possibilite ampliar as suas potencialidades na descoberta de um projeto de vida no qual se coloquem como sujeitos de direitos. Pautando esse pensamento, Dayrell (1996), localiza a urgência de se pensar em uma nova escola e seus processos educativos, numa outra organização, uma concepção de educação em que os sujeitos sejam a centralidade de processo de aprendizagem (ANJOS e CARVALHO, 2011).

A necessidade de se repensar e reconstruir os processos metodológicos são urgentes. Isso porque há um descompasso entre a cultura escolar e a cultura jovem. Esse descompasso se manifesta na exigência que a escola coloca para o estudante por meio de suas regras e imposições. Regras essas que para serem cumpridas exigem muitas vezes que o jovem “desvista” sua identidade. Segundo Corti

A escola e sua clientela juvenil são partes indissociáveis do processo educativo, contudo, a distância entre o mundo da escola – com seu saber-regras e procedimentos – e o mundo dos alunos com suas experiências e interesses- têm proposto problemas para todos os envolvidos: profissionais da educação, pais e os próprios jovens destinatários da ação escolar. Assim a escola passa a agir como se os indivíduos à sua frente estivessem ali exclusivamente para aprender e, mais ainda para aprender aquilo que está nos currículos formais e de acordo como que a organização escolar permite. (2001, p. 8).

Nas sociedades contemporâneas, a inserção dos jovens em grupos com os quais se identificam tem se afirmado como uma característica da juventude e da adolescência, entendida como primeiro momento da juventude. Essa inserção se dá a partir de um sentimento de identificação e pertencimento. A dinâmica da constituição e ação desses grupos possibilita aos

jovens a vivência de contextos e práticas socioculturais nas quais se reconhecem como protagonistas (DAYRELL, 1996).

O Parecer de Educação de Jovens e Adultos da cidade de Belo Horizonte revela quais jovens estão na EJA e quais jovens não são alfabetizados nas cidades.

Os jovens que hoje podem estar vinculados a EJA não são quaisquer adolescentes. Trata-se da juventude que é filha da classe trabalhadora, fruto das desigualdades sociais e, desde muito cedo, às voltas com o trabalho ou com a falta deste. São também frutos das desigualdades escolares, trazendo em sua trajetória de vida uma relação escolar descontínua, com repetências sucessivas, fracasso e abandono da escola, estando, portanto, fora da definição atual do ensino regular (que abrange as idades de 7 a 14 anos). São ainda, com raríssimas exceções, filhos e netos de pessoas semi-alfabetizadas e de analfabetos (CME/BH, 2003).

Esse perfil também se encaixa no jovem do campo, em outros contextos, mas com formas parecidas de vida e acesso aos bens materiais, culturais e artísticos. O que implica que há diversas maneiras de ser jovem, sobretudo, nas/para as classes populares. Mas o que as políticas públicas não podem esquecer que esses jovens são sujeitos de direitos, com experiências e percepções próprias, próprias formas de sociabilidade e de atuação, portanto, portadores de novas identidades coletivas e manifestam o desejo de construir novas identidades individuais; são sujeitos que possuem o gosto pela vida. Portanto, necessita pensar políticas públicas específicas para esses sujeitos.

Mas, quais jovens educandos do CDN? Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE, 2000, 15 em cada 110 de jovens não alfabetizados no Brasil vivem em favelas. Segundo Corti e Vóvio (2007) esses dados não são isolados, são marcados pelas desigualdades sociais, pois esses jovens estão concentrados nas regiões mais pobres. Em Minas Gerais, estão no norte e nordeste do estado e nas favelas das grandes cidades. E ainda muitos desses jovens são privados de liberdade, encarcerados ou cumprindo medidas socioeducativas.

São jovens que não dominam a leitura e a escrita, pois alfabetizar-se além de ser um direito de todos é uma necessidade básica numa sociedade grafocêntrica. Eles são parte importante no Programa Brasil Alfabetizado, recuperando em Minas Gerais Cidadão Nota Dez. dados de 2005 revelam que somas 491.000 jovens entre 15 a 29 anos de idade em todo país.

Referências

ANJOS, Cláudia Regina e CARVALHO, Fernanda Almeida de. Arte e mídia: diálogos possíveis no cotidiano dos jovens educandos da EJA. Anais 2 do XXI Congresso da Federação de Arte/Educadores do Brasil. São Luis, Maranhão: Editora da UFMA – São Luís/ma, 2011.

CORTI, Ana Paula e VÓVIO, Claudia lemos. Jovens na Alfabetização: para além das palavras, decifrar mundos. Brasília: Ministério da Educação / Ação educativa, 2007.

CORTI, Ana Paula. O encontro das culturas juvenis com a escola/Ana Paula Corti, Maria Virgínia de Freitas, Marília Pontes Sposito.—São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2001.

BELO HORIZONTE. Parecer Nº 093-02, Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, aprovado em 07/11/2002. Reladoras Maria Clemência de Fátima Silva, Lavínia Rosa Rodrigues- Câmara de Política Pedagógica. Parecer publicado no Diário Oficial do Município em 02/01/2003.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

FERRARI, Shirley Costa; AMARAL, Sueli. O aluno de EJA: jovem ou adolescente? Revista da Alfabetização Solidária. n.5,v. 5, São Paulo, Unimarco, 2005. P.7-14.